

PICUM TRIMESTRAL

Abril - Junho 2016

[FRONTEIRAS](#)

[NAÇÕES UNIDAS](#)

[DESENVOLVIMENTOS DA POLÍTICA EUROPEIA](#)

[DESENVOLVIMENTOS NACIONAIS](#)

[CUIDADOS DE SAÚDE](#)

[EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO JUSTAS](#)

[MULHERES INDOCUMENTADAS](#)

[CRIANÇAS INDOCUMENTADAS E AS SUAS FAMÍLIAS](#)

[DETENÇÃO E DEPORTAÇÃO](#)

[PUBLICAÇÕES E OUTROS RECURSOS](#)

FRONTEIRAS

EU / Alargado mandato da operação militar da União Europeia no Mediterrâneo. Sucesso da disrupção de tráfico de pessoas questionado.

O Conselho da União Europeia anunciou, a 20 de junho de 2016, que será alargado o mandato da Operação Sofia EUNAVFOR MED até 27 de julho de 2017. O Conselho acrescentou também duas novas tarefas ao mandato da operação naval: formação da guarda costeira e da marinha da Líbia, bem como contribuir para a implementação do embargo de armas da ONU em alto-mar ao largo da costa da Líbia. Isto significa que a operação naval pode procurar navios no mar, com o objetivo de impedir que armas cheguem ao Estado islâmico. A Operação EUNAVFOR MED foi lançada em junho de 2015 pela UE para identificar, capturar e desfazer-se de barcos e outros meios suspeitos de serem usados por passadores ou traficantes de migrantes. Um [Relatório de Wikileaks](#) que fornece detalhes sobre a operação foi lançado em fevereiro de 2016. Este relatório inclui informações sobre travessias marítimas de migrantes e refugiados para a União Europeia e afirma que desde 29 de janeiro, a operação resultou no resgate de 8336 migrantes e na destruição de 67 barcos de migrantes. Enquanto isso, um [relatório do Sub-Comité dos Assuntos Externos da UE da Câmara dos Lordes do Reino Unido lançado em maio](#), considerou que a operação não está a impedir o tráfico de pessoas.

Fontes: [Conselho da União Europeia, comunicado de imprensa](#) 20 de junho de 2016; [Reuters](#) 20 de junho de 2016; [Migrants' Rights Network](#) 13 de maio de 2016

UE-LÍBIA / UE pretende aumentar a cooperação com a líbia no âmbito do risco de migração, maus-tratos de migrantes e detenção por tempo indeterminado, adverte a amnistia internacional. Operação da NATO possivelmente estendida.

A Amnistia Internacional alertou que os planos da UE para treinar e partilhar informações com a guarda costeira da Líbia no âmbito da operação anti-tráfico Med EUNAVFOR podem levar a aumento do abuso dos direitos humanos. Testemunhos recolhidos pela Amnistia Internacional durante a visita à Sicília e Puglia na Itália em maio de 2016, revelam abusos pela guarda costeira da Líbia e em centros de detenção da imigração na Líbia. A Amnistia falou com 90 pessoas que sobreviveram à travessia da Líbia para Itália, incluindo pelo menos 20 que descreveram tiroteios e espancamentos enquanto estavam a ser apanhadas pela guarda costeira e tortura nos centros de detenção da Líbia para refugiados e migrantes. Ex-detidos disseram que os guardas lhes batiam diariamente, usando varas de madeira, cabos elétricos e espingardas, bem como os submetendo a choques elétricos. Vários relataram ter visto pessoas a morrer na detenção, mortos a tiro ou espancado até à morte pelos guardas. Pelo menos 3500 pessoas foram interceptadas no mar pela guarda costeira da Líbia, entre 22 e 28 de maio de 2016 e transferidas para centros de detenção. Em abril de 2016, a Itália pediu que a operação da NATO 'Esforço ativo' ('Active Endeavor'), que está atualmente a operar no mar Egeu, para também supervisionar a costa da Líbia, de acordo com o primeiro-ministro italiano Matteo Renzi e a ministra da defesa, Roberta Pinotti. Os preparativos já estão supostamente avançados e a aprovação é esperada para quando os dirigentes da NATO se encontrarem em Varsóvia, em julho de 2016. Fontes: [Amnesty Internacional, comunicado de imprensa](#) 14 de junho de 2016; [The Independent de Malta](#) 26 de abril de 2016

UE-TURQUIA / Compatibilidade do Acordo com a legislação da UE questionada; provas de violações dos direitos dos migrantes e dos refugiados.

Cada vez mais a sociedade civil e os decisores políticos manifestam preocupações na sequência do acordo UE-Turquia de março de 2016. O acordo prevê os seguintes pontos de ação: o retorno de migrantes irregulares à Turquia que atravessam da Turquia para as ilhas gregas; que a Turquia tome medidas necessárias para impedir novas rotas marítimas ou terrestres para a migração irregular; e que, para cada sírio que retorne à Turquia, outro sírio saia da Turquia para a UE, com vista a elevar os requisitos de visto para os cidadãos turcos, desde que todas as medidas do [Roteiro de Liberalização de Vistos](#) (Visa Liberalisation Roadmap) tenham sido cumpridos. Alguns Membros do Parlamento Europeu (MPE) manifestaram preocupações acerca da compatibilidade do acordo com o direito da UE e internacional e a falta de controlo democrático. A [delegação do Grupo GUE/NGL](#) (Esquerda Unitária Europeia-Esquerda Nórdica Verde) os deputados em visita à Turquia descobriram que os deportados não tiveram oportunidade de pedir asilo na Grécia ou Turquia e que muitos, incluindo crianças, são detidos em condições semelhantes a uma prisão, com pouco ou nenhum acesso a telefones ou assistência jurídica. A delegação documentou envios para a Turquia pelas forças de polícia búlgaras e gregas e ouviu depoimentos de pessoas que foram alvejadas pela polícia e/ou vivem em condições de zona de guerra, perto da fronteira Turca-Síria. Um [documento de discussão política](#) da JRS Europa aborda várias questões sobre as deportações para a Turquia, unidade familiar, detenção, reinstalação, discriminação baseada na nacionalidade e o potencial para uma 'zona de segurança' na Síria. O Telefone Alarme WatchTheMed informou que um barco que transportava 53 migrantes e refugiados, incluindo 14 crianças que viajam entre Cesme, na Turquia, e a ilha grega de Chios, foram enviadas para a Turquia a 11 de junho de 2016. A Human Rights Watch (HRW) está [a investigar o caso](#) de 11 sírios que foram mortos a tiros por guardas de fronteira com a Turquia em junho. Os relatórios incluem imagens, supostamente tiradas no rescaldo do tiroteio, mostrando vários feridos e mortos. Os Médicos sem Fronteiras (MSF) anunciaram a 17 de junho que não irão mais aceitar fundos da União Europeia, em protesto contra a sua política de migração, com especial referência ao acordo UE-Turquia. Uma [Análise](#) realizada por alguns peritos jurídicos verificou que a Turquia não pode ser classificada como um "país terceiro seguro" e só poderia ser considerado um "primeiro país de asilo" após uma avaliação individual sobre o risco da repulsão. Entretanto, a Comissão Europeia adotou, a 15 de junho de 2016 o seu [segundo relatório sobre a Declaração UE-Turquia](#). Embora apresentando 'sucessos' e 'bons progressos na implementação', o relatório admite que esse progresso é 'frágil' e implica falta de compromisso político. Fontes: [Conselho da Europa, informações de imprensa](#), 7 de março de 2016; [Comunicado de Imprensa da Comissão Europeia](#) 4 de maio de 2016; [EU Observer](#) 10 de maio de 2016; [Parlamento Europeu, Comunicado de Imprensa](#) 10 de maio de 2016; [Telefone Alarme WatchTheMed](#) 15 de junho de 2016; [BBC](#) 17 de junho de 2016; [Comunicado de imprensa da Comissão Europeia](#) 15 de junho de 2016

FRONTEX / Terceiro Relatório Anual do Fórum Consultivo Frontex sobre Direitos Fundamentais

O terceiro Relatório Anual do Fórum Consultivo Frontex sobre Direitos Fundamentais fornece uma visão geral das atividades desenvolvidas pelo Fórum Consultivo em 2015. Entre as várias atividades desenvolvidas, o Fórum Consultivo observou formações, visitou a Operação Conjunta Triton, iniciou um estudo sobre a integração da igualdade entre homens e mulheres dentro do Frontex e participou no Joint Operation VEGA Children. O relatório sublinha o apoio do Fórum Consultivo para a criação de um mecanismo de queixas individuais a fim de garantir o acesso à justiça e resolução eficaz para as pessoas afetadas pelas operações conjuntas coordenadas do Frontex. Para mais informações sobre o Fórum Consultivo e fazer o download do relatório ver [aqui](#).

MEDITERRÂNEO / Milhares de chegadas de migrantes na primeira metade de 2016, morrem mais de 2800

De acordo com a Organização Internacional para as Migrações (IOM), um número estimado de 222.291 migrantes e refugiados entrou na Europa por via marítima no primeiro semestre de 2016, chegando à Itália, Grécia, Chipre e Espanha. O número estimado de mortes no Mediterrâneo durante a primeira metade de 2016 é de 2888, em comparação com 1838 no primeiro semestre de 2015. A guarda costeira da Itália informou que mais de 7100 pessoas foram resgatadas entre 23 e 24 de junho de 2016, e que mais de 3000 imigrantes foram resgatados a 26 de junho de 2016 da Líbia em 26 operações diferentes. O Relatório multimídia "[Morte por Salvamento](#)" ("Death by Rescue") recentemente publicado e produzido pelo Forensic Oceanography em colaboração com o WatchTheMed e no âmbito do Economic and Social Research Council (ESRC), recorda as responsabilidades das instituições da UE e os Estados-membros para as consequências mortais das suas políticas e apela a uma reorientação fundamental das políticas que bloqueiam os movimentos dos migrantes às políticas que iria conceder passagem legal e segura.

Fontes: [Organização internacional para as Migração \(IOM\), comunicado de imprensa](#) 26 de junho de 2016; [The Local](#), 27 de junho de 2016; [The Guardian](#), 24 de junho de 2016

ESPAÑA / Agentes da Guardia Civil acusados de abusar de migrantes são condecorados enquanto expulsões coletivas continuam

O Ministro dos assuntos internos espanhol, Jorge Fernando Diaz, anunciou a condecoração oficial de oito agentes da Guardia Civil que foram acusados de abusar de um migrante africano no enclave norte-africano de Melilla em outubro de 2014, quando um grupo de cerca de 200 imigrantes tentou atravessar a cerca da fronteira (ver [Boletim PICUM](#), 30 de outubro de 2014). Um grupo de organizações espanholas, incluindo Andalucía Acoge, SOS Racismo, APDH-A e Prodein, mostrou imagens de vídeo do abuso e exigiu a continuação da investigação do caso. Os oito guardas foram galardoados com a Cruz de Mérito após o Tribunal Regional de Málaga (Audiencia Provincial de Málaga) ter decidido que não foi utilizado excesso de força pelo pessoal da Guardia Civil e que não há razão para continuar a investigação do caso. Um grupo de mais de cem organizações dirigiu-se a Jorge Fernando Diaz numa [carta conjunta](#) acusando-o de premiar ações desumanas e ilegais pelos guardas. Enquanto isso, o governo espanhol expulsou coletivamente um grupo de 300 imigrantes subsaarianos que tentou atravessar a fronteira para Melilla a 21 de março de 2016, apesar de recentemente declarar a sua oposição a expulsões imediatas e coletivas ("devoluciones en caliente") dos migrantes em relação ao acordo UE-Turquia.

Fontes: [EuroWeekly](#) 12 de maio 2016; [El Diario](#), 21 de março de 2016; [El Periódico de Melilla](#), 11 de abril de 2016; [Agencia EFE](#), 2 de maio 2016.

NAÇÕES UNIDAS

ONU / Alto-comissário para os Direitos Humanos destaca aumento do números de detidos na Grécia e Itália

O Alto-comissário da ONU para os Direitos Humanos, Zeid Ra'ad Al Hussein, no seu discurso de abertura do Conselho de Direitos Humanos da ONU em junho de 2016, criticou o aumento do sentimento anti-migrante nos países europeus e destacou o "aumento preocupante" do número de migrantes detidos em centros de detenção na Grécia e na Itália, que inclui cada vez mais crianças desacompanhadas. Zeid Ra'ad Al Hussein

reiterou que a detenção nunca está nos melhores interesses da criança e que os direitos da criança devem ter primazia sobre os objetivos de imigração. Ele pediu às autoridades que recolhessem dados sobre o número de migrantes detidos em centros de detenção e insta a UE a encontrar uma maneira de abordar a situação atual da migração de uma forma que respeite os direitos de todos os interessados. O seu discurso completo está disponível [aqui](#).

Fonte: [Morocco World News](#), 13 de junho de 2016.

ONU / Vice-secretário-geral da ONU pede mais esforços de integração para os refugiados e migrantes sem documentos

O vice-secretário-geral adjunto das Nações Unidas, Jan Eliasson, sublinhou a 18 de maio de 2016 a importância dos esforços de integração que permitam aos migrantes e refugiados beneficiar das oportunidades oferecidas pelas cidades, para que possam levar uma vida digna. Numa reunião sobre 'Grandes Movimentos de Refugiados e Migrantes: Desafios Críticos para a Urbanização Sustentável' ('Large Movements of Refugees and Migrants: Critical Challenges for Sustainable Urbanization') realizada na sede da ONU em Nova York, o Sr. Eliasson disse que o apoio aos países de destino na integração dos recém-chegados nas suas comunidades deve ser incluído nas questões que devem ser abordadas.

Fontes: [NewsDesk sobre a Organização Internacional para as Migrações](#), 19 de maio de 2016.

DESENVOLVIMENTOS NA POLÍTICA EUROPEIA

UE / Necessidade de maior clareza jurídica e de procedimentos adequados para quem está nos centros de registo

Um relatório recente intitulado "Na linha da frente: a abordagem dos centros de registo na gestão da migração" salienta a necessidade de maior clareza jurídica na abordagem aos centros de registo no que toca ao papel das agências envolvidas na gestão dos mesmos (Frontex, EASO e Europol), assim como a prestação de contas e responsabilização por violação dos direitos fundamentais. O relatório, autorizado pela Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos do Parlamento Europeu (LIBE), analisa a implementação da abordagem aos centros de registo na Grécia e em Itália. São feitas algumas recomendações políticas a Membros do Parlamento Europeu, incluindo: considerar a necessidade de regular os centros de registo através um instrumento jurídico autónomo; integrar, nos centros de registo, direitos fundamentais e normas mais claras no que toca a responsabilidade e prestação de contas; insistir para que sejam garantidos os procedimentos adequados a todos os requerentes de asilo nos centros de registo, tal como consagrado na Diretiva Europeia dos Procedimentos de Asilo; insistir para que continuem os esforços para registar e identificar todos os migrantes que chegam aos centros de registo, por forma a aumentar os processos tanto de deslocalização como de regresso e aumentar a segurança geral; insistir numa mudança fundamental à Convenção de Dublin e um sistema de distribuição obrigatório; revisão dos planos para retomar as transferências de Dublin para a Grécia dadas as condições de receção no país; e pedir à Comissão para controlar cuidadosamente a implementação da Declaração UE-Turquia. Leia o relatório [aqui](#).

UE / Nova estrutura de gestão da migração visa aumentar as deportações e dissuadir a migração irregular

A Comissão Europeia publicou um Comunicado a 7 de junho onde estabelece uma nova [Estrutura de parceria com países terceiros](#) sob a Agenda Europeia sobre Migração. Esta proposta visa alavancar fundos de cooperação externa em troca dos países de origem e de passagem tomarem medidas para dissuadir a migração. O objetivo é aumentar as deportações, assegurar que os migrantes e refugiados permanecem nos países de origem e, a longo prazo, aumentar a abordagem das causas da migração irregular por parte de países terceiros. A proposta foi fortemente criticada por organizações da sociedade civil. Um grupo de mais de 130 organizações publicou uma [declaração](#) após a reunião do Conselho a 28 e 29 de junho de 2016, onde a proposta foi discutida, expressando preocupação acerca das violações de direitos e criticando a proposta por ignorar todas as evidências de que as estratégias de dissuasão destinadas a parar a migração são

ineficazes, entre outras questões. As [Conclusões da reunião do Conselho](#) endossam a abordagem e a prática da rápida implementação da Estrutura, começando com um número limitado de países prioritários.

Fontes: [European Commission Press Release](#), 7 de junho de 2016; [Politico](#), 7 de junho de 2016

COMISSÃO EUROPEIA / Lançamento do novo plano de ação para a integração de cidadãos de países terceiros

A Comissão Europeia lançou uma nova [agenda para a integração de migrantes](#) a 7 de junho de 2016. O papel da UE na integração de cidadãos de países terceiros em relação aos estados membros é complementar e, por isso, mais focado no apoio financeiro e troca de boas práticas. O Plano de Ação foca cinco áreas chave: medidas de integração para antes da partida e antes da chegada, com atenção aos migrantes com necessidade de proteção internacional; educação, emprego e formação vocacional; acesso a serviços básicos, tais como saúde e alojamento; e participação ativa dos migrantes na sociedade. A Comissão Europeia apresenta diversas ações que serão apoiadas por estas cinco prioridades chave, incluindo projetos que promovam as competências dos cidadãos e países terceiros, ações que apoiem a remoção de barreiras à participação das crianças migrantes na educação, projetos piloto que promovam o empreendedorismo dos migrantes, iniciativas que apoiem os estados membros a enfrentar a escassez de alojamento imediato e projetos que promovam o diálogo intercultural.

Fonte: [European Commission Press Release](#), 7 de junho de 2016

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA / Diretiva de Regresso da UE: migrantes irregulares não podem ser detidos por apenas terem entrado de forma irregular

O Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) tomou a sua decisão sobre o caso C-47/15 Affum v Préfet of Pas-de-Calais, a 7 de junho de 2016. O caso dizia respeito a uma cidadã do Gana, Sr.^a Affum, que foi intercetada pela polícia francesa em Coquelles, à entrada do túnel do canal, enquanto transitava de autocarro da Bélgica para o Reino Unido através de França. Ela não tinha identificação. De acordo com a lei francesa, a Sr.^a Affum foi detida por entrar irregularmente e, de acordo com um acordo de readmissão entre França e os países do Benelux, o Presidente de Pas-de-Calais ordenou a sua transferência para a Bélgica, bem como a detenção administrativa de cinco dias enquanto aguardava a transferência. De acordo com anterior jurisprudência, o Tribunal diz que a Diretiva de Regresso é aplicável a um cidadão de país terceiro que entrou no território de um Estado de forma irregular e que, como resultado, está no país de forma irregular. Um cidadão de país terceiro não é excluído no âmbito da Diretiva de Regresso quando transita no território de um estado membro, isto é, a Diretiva aplica-se à duração da “estadia”. O Tribunal rejeitou a posição da França de que poderia excluir a Sr.^a Affum no âmbito da Diretiva de Regresso, com base no Artigo 2(2)(a), que se aplica a migrantes que atravessam fronteiras externas, uma vez que a Sr.^a Affum entrou em França por outro país dentro da área Schengen. O facto de ela ter tentado transitar através de França para o Reino Unido, e assim sair da área Schengen, não acciona o Artigo 2(2)(a). A decisão completa está disponível [aqui](#); pode ler o sumário [aqui](#).

Fonte: Court of Justice [Press Release](#), 7 de junho de 2016

TRIBUNAL EUROPEU DOS DIREITOS HUMANOS / Direito dos migrantes a ter vida familiar violado por proibição permanente de regressar à Grécia

A 19 de maio de 2016 o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos considerou, sobre *Kolonja v. Greece* (Application no. 4944/12), que a Grécia violou o Artigo 8.º da Convenção Europeia para os Direitos Humanos (direito à vida familiar) num caso que envolve um cidadão Albanês com uma condenação criminal relacionada com droga em 1999, a quem as autoridades impuseram uma proibição vitalícia de voltar a entrar na Grécia. O requerente, filho de pais albaneses de origem grega, vivia na Grécia desde 1989. A sua mulher é grega, com quem tem dois filhos, os quais são cidadãos gregos. Em 2004, o Sr. Kolonja foi deportado para a Albânia. O pedido de readmissão que fez ao Ministro da Justiça foi rejeitado e, em 2007, voltou a entrar na Grécia de forma irregular e trabalhou durante quatro anos antes de ser detido enquanto aguardava a deportação. O Tribunal concluiu que a proibição vitalícia de voltar a entrar no país foi feita no interesse dos objetivos legítimos relacionados com o intuito de manter a segurança e prevenir condutas criminais, mas considerou que isso violou o Artigo 8, uma vez que não era necessária a proibição para assegurar esses

objetivos. O Tribunal observou que, desde a data em que cometeu a infração em questão, tal como várias entidades nacionais observaram também, o requerente não apresentou sinais de ameaça à ordem ou segurança públicas. Isso enfatizou a força dos seus laços com a Grécia, onde viveu mais de metade da sua vida. Uma proibição permanente de reentrar na Grécia resultaria na destruição dos elos familiares, uma consideração particularmente pertinente, se for dada a devida importância aos melhores interesses do filho do requerente, que tinha apenas 6 anos no momento da decisão. Para ver o julgamento (em francês), clique [aqui](#).

DESENVOLVIMENTOS NACIONAIS

ÁUSTRIA / Voto a favor de lei que permite a rejeição de pedidos de asilo na fronteira

O Conselho Nacional do Parlamento Austríaco votou, a 27 de abril de 2016, a favor de uma lei mais restritiva para a requisição de asilo. De acordo com a lei, o governo pode declarar estado de emergência se chegar às suas fronteiras um elevado número de migrantes e refugiados, dando às autoridades o direito de não deixar entrar no país ninguém para pedir asilo. Um estado de emergência seria definido por seis meses, mas pode ser alargado para até dois anos. Os migrantes e refugiados que tenham familiares próximos na Áustria, bem como crianças e migrantes desacompanhados e mulheres refugiadas com crianças, estão isentos desta medida. Apelos contra o regresso só serão possíveis depois de o regresso ter acontecido. A lei também restringe a possibilidade de reunir as famílias. Diversos políticos, organizações e instituições criticaram a lei, incluindo o [Human Rights Watch](#) (HRW) e [Nils Muiznieks](#), o Comissário para os Direitos Humanos do Conselho Europeu.

Fontes: [Die Welt](#), 29 de abril de 2016; [Die Welt](#), 27 de abril de 2016; [APA](#), 21 de abril de 2016; [The Guardian](#), 28 de abril de 2016.

BÉLGICA / Campanha contra o preconceito

A ONG belga CIRÉ lançou uma campanha anti preconceito em abril de 2016 em resposta ao discurso negativo acerca dos migrantes e refugiados na Bélgica. A mensagem chave da campanha é que se tema o preconceito e não os migrantes e refugiados. O objetivo é informar as pessoas e levá-las a refletir e a questionar a sua posição. O CIRÉ é uma rede de organizações que apoia questões relacionadas com migrantes, requerentes de asilo e refugiados. A campanha usa a hash tag #DéfenseDeNourrirLesPréjugés (“não alimentem o preconceito”) e está disponível [aqui](#) (em francês).

ALEMANHA / Autoridade Federal para a Migração processada pelo atraso nos procedimentos de asilo, enquanto o asilo na igreja e os crimes de ódio aumentam

Um número crescente de pessoas que tentam pedir asilo na Alemanha estão a processar a Autoridade Federal para a Migração e Refugiados (Bundesamt für Migration und Flüchtlinge, BAMF) pelo atraso nos procedimentos das candidaturas e inatividade nos seus casos. De acordo com relatórios dos media, os tribunais administrativos alemães receberam 3271 ações por não terem agido no fim de março de 2016, o que representa um aumento de 40% comparado com o fim do ano de 2015. A Autoridade tem sido cada vez mais criticada por não dar seguimento aos casos individuais, por empregar pessoas pouco qualificadas e por estarem sobrecarregados pelo aumento de candidaturas a asilo. Entretanto, o Consórcio Ecuménico Alemão de Asilo na Igreja (Ökumenische BAG Asyl in der Kirche) relatou que foi dado abrigo a um total de 1015 pessoas, incluindo mais de 240 crianças e adolescentes, em paróquias por toda a Alemanha em 2015, o maior número de sempre. A Amnistia Internacional fala de um aumento nos crimes de ódio na Alemanha no seu relatório “[Viver em insegurança: Como a Alemanha está a falhar com as vítimas de violência racista](#)”. O relatório fala em detalhe no aumento da violência racista, mostrando que foram relatados crimes contra os abrigos de asilo 16 vezes mais em 2015 (1031) do que em 2013 (63).

Fontes: [Die Welt](#), 11 de junho de 2016; [Deutsche Welle](#), 21 de junho; [Bag Asyl in der Kirche, press release](#), 3 de junho de 2016

IRLANDA / Resultados da pesquisa: Centro de Direitos de Migrantes da Irlanda propõe um esquema de regularização

O Centro de Direitos de Migrantes da Irlanda (MRCI) publicou os resultados de uma pesquisa sobre migrantes irregulares na Irlanda. A organização descobriu na pesquisa que dos 1008 irregulares, 84% viviam no país há mais de cinco anos e 21% há mais de dez anos. O MRCI declara que o insucesso em regularizá-los custa ao estado 41 milhões de euros anualmente em impostos diretos perdidos e que um esquema de regularização geraria 12 vezes o que custaria a implementar. As descobertas também foram discutidas numa conferência do MRCI em Dublin, a 3 de maio de 2016. No ano passado, uma sondagem mostrou que 69% [apoiam a ideia de regularização](#). Para ver todas as descobertas da pesquisa, clique [aqui](#).

Fonte: [Migrant Rights Centre Ireland \(MRCI\) Press Centre](#), 3 de maio de 2016

ITÁLIA / Migrantes excluídos por pedirem proteção baseada na nacionalidade

Pessoas de países com taxas de reconhecimento de asilo abaixo de 75% são suscetíveis de serem definidas como migrantes irregulares sem direito a proteção numa situação de triagem da polícia italiana, sendo-lhes negada a possibilidade de procurarem esclarecimento jurídico ou humanitário. Frequentemente, estes migrantes acabam por permanecer sem documentos no país, com pouca ou nenhuma proteção dos seus direitos. Numa carta enviada à Questura (sede da polícia italiana), a 29 de abril de 2016, as organizações italianas ASGI e NAGA condenaram os inadequados procedimentos de proteção que tiveram lugar em diferentes postos da polícia em Milão. Quando os requerentes de asilo pedem proteção internacional, é-lhes dado um formulário para preencher com algumas questões que avaliam se o requerente pode ou não efetivamente ter direito a esta proteção. No caso de não terem, é-lhes dada uma ordem de expulsão, sem qualquer avaliação dos seus pedidos de proteção. Além disso, advogados e assistentes sociais não estão autorizados a acompanhar os requerentes, o que os torna mais vulneráveis, uma vez que frequentemente não estão informados acerca dos seus direitos. A declaração está disponível [aqui](#).

Fontes: [The Guardian](#), 6 de maio de 2016; [ASGI](#), 2 de maio de 2016

CUIDADOS DE SAÚDE

ALEMANHA / ESTUDO / Acesso a cuidados de saúde para crianças indocumentadas

Um estudo da autoria de Wiebke Bornschlegl, intitulado “Der Zugang von Kindern ohne Papiere zu medizinischer Versorgung in Deutschland” (Acesso de crianças indocumentadas a cuidados de saúde na Alemanha), publicado em maio de 2016, revela lacunas significativas na provisão de cuidados de saúde a crianças e adolescentes. Um inquérito em linha dirigido a instituições de saúde apontou que a questão sobre como cobrir os custos dos tratamentos é uma das principais preocupações e que as famílias indocumentadas temem ser denunciadas às autoridades, pelo que apenas consultam um médico em caso de doença grave. Mais de metade dos inquiridos declarou que a falta de uma certidão de nascimento constitui uma barreira importante para aceder a serviços já que estas crianças não existem oficialmente em qualquer registo estatal. Os resultados do inquérito mostram claramente que não existe acesso a cuidados de saúde adequados, não-discriminatórios e contínuos para crianças e adolescentes indocumentados na Alemanha. Para ler o estudo (em alemão), clique [aqui](#).

Fontes: [Deutsches Ärzteblatt](#), 12 de maio de 2016; [Süddeutsche Zeitung](#), 12 de maio de 2016

RELATÓRIO / Novo relatório sobre os direitos de saúde sexual e reprodutiva dos migrantes indocumentados

Por ocasião do Dia Mundial da Saúde comemorado a 7 de abril de 2016, a PICUM lançou um relatório intitulado “Os Direitos de Saúde Sexual e Reprodutiva de Migrantes indocumentados: reduzindo as disparidades entre direitos e a realidade na UE”. O relatório – que se encontra disponível em inglês e espanhol – apresenta recomendações a decisores de políticas, prestadores de serviços e à União Europeia, apelando à reforma da legislação e da política atuais que negam ou limitam o acesso a serviços de cuidado de saúde sexual e reprodutiva com base no estatuto de residência. Para ter acesso ao relatório, clique [aqui](#).

REINO UNIDO / RELATÓRIO / Migrantes indocumentadas recusados por médicos generalistas

A organização Médicos do Mundo – Reino Unido publicou um relatório em abril de 2016 com base nos esforços para registrar pacientes junto de médicos generalistas em Inglaterra entre 4 de março de 2015 e 21 de outubro do mesmo ano. O relatório conclui que dois em cada cinco pacientes que tentaram registrar-se junto de um médico generalista foram rejeitados de forma indevida, frequentemente com base na falta de documentação que comprove a identidade e morada dos pacientes. Esta tem sido a prática, pese embora o facto de que no Reino Unido o acesso a cuidados de saúde básicos a médicos generalistas seja um direito universal identificado nas diretrizes publicadas em novembro de 2015 pelo Serviço Nacional de Saúde (NHS). Entre as pessoas a quem os médicos generalistas recusaram cuidados de saúde encontram-se grávidas, mulheres com crianças e pessoas que sofreram traumas ou tráfico humano. O relatório recomenda que os médicos generalistas e as equipas clínicas recebam formação sobre os direitos a usufruir dos cuidados do Serviço Nacional de Saúde (NHS) e sobre como trabalhar com pacientes que apresentem diferentes vulnerabilidades. O Royal College of General Practitioners publicou uma [resposta](#) ao relatório, declarando forte oposição às propostas governamentais que visam cobrar aos migrantes o acesso a médicos generalistas.

O relatório elaborado por parte dos Médicos do Mundo - Reino Unido está disponível [aqui](#).

EUA / Governador da Califórnia assina projeto de lei que permite a migrantes indocumentados adquirir seguros de saúde

A 10 de junho de 2016, Jerry Brown, Governador da Califórnia promulgou um projeto de lei – [Senate Bill 10](#) – que permitirá que migrantes possam adquirir seguros de saúde nos mercados de seguro de saúde da Califórnia, criados no âmbito dos Cuidados de Saúde Acessíveis para a América. A Califórnia é o primeiro estado dos Estados Unidos da América a permitir que migrantes indocumentados possam obter a cobertura para cuidados de saúde através desta forma. O pedido para uma isenção aguarda aprovação do governo federal. Caso seja aprovado, a isenção irá permitir que cerca de 390.000 migrantes indocumentados na Califórnia possam comprar cuidados de saúde através dos mercados de seguro de saúde estatal. A Califórnia permite ainda aos residentes indocumentados que se candidatem para a obtenção de uma carta de condução e para obter uma licença para exercer direito.

Fontes: [Los Angeles Times](#), 11 de junho de 2016; [PBS](#), 11 de junho de 2016

TRABALHO E CONDIÇÕES LABORAIS JUSTAS

PARLAMENTO EUROPEU / Resolução reconhece direitos de trabalhadores domésticos e prestadores de cuidados na União Europeia

Uma maioria de deputados pertencentes a diferentes partidos no Parlamento Europeu reconheceu os direitos de trabalhadores domésticos e prestadores de cuidados na União Europeia. A 28 de abril de 2016 deputados do Parlamento Europeu apoiaram uma resolução que apela à Comissão Europeia que estabeleça modelos para relações regulares entre empregador e trabalhador de modo a acabar com a precariedade e o trabalho doméstico não declarado. Na resolução, os Membros do Parlamento Europeu apelam à “profissionalização” do setor doméstico de forma a tornar esta forma precária de trabalho em trabalho reconhecido o que poderá proporcionar direitos de proteção social a trabalhadores domésticos e prestadores de cuidados de saúde. A resolução foi aprovada por 279 votos a favor, 105 contra e 204 abstenções. Clique [aqui](#) para ter acesso ao relatório.

Fontes: [Notícias do Parlamento Europeu](#), 28 de abril de 2016; [Seção de Notícias do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu](#), 28 de abril de 2016.

UE / Fórum Europeu sobre Migração foca-se em migração laboral

O Fórum Europeu sobre Migração decorreu em Bruxelas de 6 a 7 de abril e contou com a participação de 120 organizações da sociedade civil provenientes de toda a Europa, assim como de representantes da União Europeia e autoridades nacionais, regionais e locais. O fórum constituiu uma oportunidade para que os participantes pudessem discutir uma abordagem de longo-prazo relativamente a migração laboral

sustentável e integração num formato participativo. Os diferentes participantes discutiram casos de migração em setores de baixa e alta remuneração, de trabalho não declarado e exploração, de integração de refugiados e migrantes no mercado laboral e ainda sobre o papel das cidades e das comunidades nos processos de integração. Um relatório sobre o encontro encontra-se disponível [aqui](#).

Fontes: [Comité Económico e Social Europeu \(CESE\)](#), abril de 2016; [Agência dos Direitos Fundamentais](#), abril de 2016.

RELATÓRIO / Relatório recomenda à FIFA que considere a exclusão do Qatar do Campeonato do Mundo caso os abusos de direitos humanos continuem

John Ruggie, Berthold Beitz Professor em Direitos Humanos e Relações Internacionais da Harvard Kennedy School, escreveu um relatório independente sobre as responsabilidades da FIFA – o organismo que rege o futebol mundial - em matéria de direitos humanos. O relatório, que foi realizado a pedido da FIFA, recomenda que seja considerada a exclusão do Qatar do Campeonato do Mundo de 2022 se o seu histórico no que diz respeito ao tratamento de trabalhadores migrantes não melhorar no prazo de 12 meses. A FIFA tem estado envolta em polémica recentemente devido ao seu permanente falhanço em considerar os abusos de direitos humanos nos países anfitriões, que inclui o Brasil, a Rússia e o Qatar, e sobre a sua falta de vontade para usar a influência que tem de modo a melhorar esta situação. A Amnistia Internacional no Reino Unido apelou também ao presidente da FIFA que tome medidas imediatas para melhorar a situação e as condições de trabalho dos trabalhadores migrantes no Qatar.

Fontes: [The Irish Times](#), 22 de abril de 2016; [The Guardian](#), 14 de abril de 2016; [The Huffington Post](#), 14 de abril de 2016.

RELATÓRIO / Comité Internacional para os Direitos dos Trabalhadores do Sexo publica Relatório Comunitário sobre Exploração e Indústria do Sexo

De forma a comemorar o Dia do Trabalhador assinalado a 1 de maio de 2016, o Comité Internacional para os Direitos dos Trabalhadores do Sexo publicou o seu Relatório Comunitário intitulado “Exploração: mecanismos injustos de trabalho e condições de trabalho precárias na indústria do sexo.”. O relatório foi desenvolvido em consulta com trabalhadores do sexo e organizações destes mesmos profissionais tendo como objetivo envolver os leitores no debate sobre a exploração na indústria do sexo. No caso dos migrantes, e particularmente dos trabalhadores de sexo indocumentados, a falta de acesso à justiça e a leis de trabalho e de proteção laboral significa que os mesmos têm um poder bastante reduzido na reivindicação e negociação de remunerações, de percentagens e de comissões mais favoráveis o que limita em grande medida os seus rendimentos. A criminalização do trabalho sexual, as medidas contra o tráfico, e as leis de repressão à migração foram também consideradas como responsáveis pelo agravamento da sua situação, com ataques e medidas de aplicação que forcem estes profissionais a trabalhar em sigilo tornando-os particularmente vulneráveis à exploração e ao abuso.

Fonte: [Comité Internacional para os Direitos dos Trabalhadores do Sexo](#), 1 de maio de 2016.

MULHERES INDOCUMENTADAS

CONSELHO DA EUROPA / Estados Partes na Convenção de Istambul agora em exame, oportunidade chave para organizações de migrantes

Os Estados que ratificaram a [Convenção Do Conselho Da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica](#) (Convenção de Istambul) serão agora analisados para medir a extensão da sua adesão à mesma. Em particular, a Convenção proíbe a discriminação em função do estatuto de migração (artigo 4.º) e contém um capítulo sobre Migração e Asilo (artigos 59.º a 61.º). A Convenção exige que os Estados Partes alinhem as suas leis e políticas de acordo com as suas exigências e prevê uma comissão de peritos para monitorizar o processo através de um procedimento de avaliação por país, bem como um procedimento de inquérito especial. O GREVIO "grupo de peritos sobre a ação contra a violência doméstica e violência contra as mulheres" adoptou um calendário provisório, delineando os países que serão avaliados em 2016-2017, nomeadamente Áustria e Mónaco, Dinamarca e Albânia, Montenegro e

Turquia, Suécia e Portugal. Neste sentido, as organizações que trabalham com mulheres migrantes têm um papel vital para fornecer informações sobre a situação e as experiências de mulheres migrantes vítimas de violência, incluindo mulheres indocumentadas e requerentes de asilo que fogem à violência baseada no gênero. O GREVIO iniciou a sua avaliação da Áustria e do Mónaco e aceita relatórios até setembro de 2017 altura em que irá passar a avaliar a Dinamarca e a Albânia (aceita relatórios entre setembro de 2016 e janeiro de 2017). O questionário sobre medidas legislativas e outras que coloquem em prática as disposições da Convenção de Istambul está disponível [aqui](#). Para ver os passos do procedimento de avaliação, clique [aqui](#). Uma infografia sobre a avaliação por país está disponível [aqui](#). Para obter mais informações sobre como a sociedade civil pode participar no processo de acompanhamento, clique [aqui](#).

REINO UNIDO / Nova lei impõe limites à detenção de mulheres grávidas em centros de detenção

No dia 12 de maio de 2016 o *Immigration Act 2016* tornou-se lei no Reino Unido, introduzindo um conjunto de medidas que penalizam e limitam o acesso dos migrantes em situação irregular ao emprego, habitação e a uma série de serviços. No entanto, em reação à pressão política, a lei também introduz medidas para proteger uma estreita categoria de migrantes, nomeadamente as mulheres grávidas. Especificamente, a secção 60 proíbe a detenção de mulheres grávidas, a menos que "a mulher seja removida do Reino Unido dentro de pouco tempo", ou "que existam circunstâncias excepcionais que justifiquem a detenção". A lei exige que o bem-estar de uma mulher seja tido em consideração ao determinar se a mesma será detida estando grávida e que a sua detenção não ultrapasse as 72 horas – embora este prazo possa ser estendido para sete dias, caso seja autorizado pessoalmente por um ministro do governo.

Fonte: [The National](#), 10 de maio 2016.

CRIANÇAS INDOCUMENTADAS E AS SUAS FAMÍLIAS

UE / RELATÓRIO / Briefing da UNICEF sobre crianças e migrantes

A UNICEF lançou um novo *briefing* de alerta infantil "Perigo a cada passo do caminho. Uma jornada angustiante até à Europa para crianças refugiadas e migrantes", que descreve a viagem que dezenas de milhares de crianças fazem na esperança de encontrar a segurança ou uma vida melhor na Europa. Através da recolha de testemunhos de crianças o relatório revela o trauma que as crianças sofrem para chegar à Europa e os desafios que enfrentam à chegada. Dados, princípios e recomendações para a ação incluem a garantia de que cada criança tenha uma audiência para determinar o seu estatuto e interesses, acesso a serviços essenciais e de apoio incluindo proteção, cuidados de saúde e educação. Os processos de reunificação familiar precisam de ser acelerados e as definições de família ampliadas para que as crianças possam reunir-se com as suas famílias alargadas quando tal corresponda ao seu melhor interesse. Todas as crianças, acompanhadas e desacompanhadas, precisam de ser protegidas de medidas punitivas que são concebidas para impedir movimentos secundários. Os sistemas de tutela devem ser reforçados e proteção à criança deve tornar-se parte integrante da Agenda de Migração da União Europeia. A UNICEF está igualmente preocupada com a detenção de crianças migrantes, afirmando que devem ser procuradas urgentemente alternativas comunitárias às instalações fechadas de detenção e outras do mesmo tipo. Leia o briefing [aqui](#).

DECLARAÇÃO / Aliança Europeia para Investir nas Crianças acolhe as Conclusões do Conselho EPSCO e encoraja mais ação para investir em todas as crianças

A Aliança Europeia para Investir nas Crianças emitiu um comunicado congratulando as conclusões adoptadas a 16 de junho de 2016 pelo Conselho do Emprego, Política Social, Saúde e Assuntos do Consumidor sobre "Combater a Pobreza e a Exclusão Social: Uma abordagem integrada" como um passo importante na abordagem da pobreza infantil e promoção do bem-estar das crianças. A Aliança para Investir nas Crianças instou as instituições da UE e os Estados-membros, e em especial a futura Presidência Eslovaca, a manterem a pobreza infantil e exclusão social elevada na sua agenda política, bem como a promoverem uma aplicação mais abrangente da Recomendação "Investir nas crianças: quebrar o ciclo de desvantagem". Apelaram ainda a que coloquem uma ênfase mais forte nas políticas dirigidas à pobreza e exclusão social

das crianças e famílias nas Recomendações Específicas Nacionais, e a continuarem a promover o intercâmbio positivo de conhecimento para combater a pobreza infantil incentivado pela Comissão Europeia através da organização de revisões por pares (*peer reviews*) e pela Presidência holandesa através da coleção de boas práticas. Esta [coletânea de boas práticas](#) foi publicada como adenda às Conclusões do Conselho. Leia a declaração [aqui](#).

TESTEMUNHOS / Nova série de testemunhos e histórias de crianças e jovens indocumentados

A PICUM lançou em abril de 2016 uma série de testemunhos e histórias de crianças e jovens que visa mostrar as realidades que as crianças e jovens indocumentados enfrentam em toda a Europa. Os testemunhos dão voz a crianças e jovens bem como aos seu pais, cuidadores e organizações de apoio. A PICUM publicará regularmente histórias e citações em inglês, francês e espanhol em formato escrito ou multimédia no período que antecede o Dia Universal das Crianças em novembro e irá também publicar uma brochura com uma seleção dos testemunhos ainda em 2016. Os testemunhos são compartilhados nas redes sociais com a hashtag #ShareYourStory. Se você apresentar uma história ou testemunho de uma criança ou jovem em situação irregular, contacte: elisabeth (at) picum.org. O testemunho mais recente está disponível em vídeo [aqui](#) (em inglês). Todos os testemunhos estão disponíveis online em [Inglês](#), [Francês](#) e [Espanhol](#).

REINO UNIDO / Governo britânico deverá aceitar crianças não acompanhadas que já se encontrem na Europa

O primeiro-ministro britânico, David Cameron, inverteu a sua postura e anunciou em maio de 2016 que o governo irá começar a aceitar crianças com ligações familiares diretas no Reino Unido, e que irá providenciar casas para outros que chegaram à Europa antes do acordo entre a UE e a Turquia. Isto incluiria crianças migrantes e refugiadas que se encontram atualmente em países como a Grécia, Itália e França. David Cameron afirmou também que as crianças desacompanhadas com ligações a membro familiares diretos no Reino Unido poderiam dispor de um processo rápido. O governo britânico tinha-se comprometido anteriormente a acolher crianças refugiadas da Síria e de países vizinhos mas recusou-se a acolher crianças migrantes e refugiadas que já se encontravam na Europa argumentando que isto encorajaria outras a virem.

Fonte: [The Guardian](#), 4 de maio de 2016; [BBC](#) 4 de maio 2016.

EUA / Processo de ação coletiva procura garantir representação legal para crianças que enfrentam deportação. Grande aumento nas apreensões fronteiriças

Um juiz federal em Seattle, nos Estados Unidos, permitiu um processo de ação colectiva que procura garantir representação legal às crianças que enfrentam a deportação, proposta por uma coligação de grupos pelos direitos dos migrantes. Um julgamento inicial está agendado para 12 de setembro de 2016. O caso terá impacto nos casos de deportação de milhares de crianças migrantes. As apreensões de crianças aumentaram também consideravelmente na fronteira México-Estados Unidos – tanto de crianças com suas famílias como de crianças não acompanhadas – de acordo com uma análise do *Pew Research Center* com base em [dados](#) da Proteção Fronteiriça e Alfandegária dos EUA. Durante o período de seis meses entre outubro de 2015 e março de 2016 registaram-se 32.117 apreensões de famílias – definição que corresponde a crianças viajando com pelo menos um dos pais ou um tutor. As apreensões de crianças desacompanhadas correspondem a um total de 27.754 durante o mesmo período. O número de apreensões de famílias registado corresponde a mais do dobro que o do ano anterior. O número de apreensões de crianças desacompanhadas aumentou em 78%.

Fontes: [CRINmail](#) 60, 20 de maio de 2016; [Pew Research Centre](#), 4 de maio de 2016.

DETENÇÃO E DEPORTAÇÃO

UE / Perspetiva atualizada da monitorização de deportações

Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia atualizou a sua [perspetiva](#) do estado atual das questões sobre a monitorização eficaz do retorno na União Europeia. A perspetiva geral oferece as seguintes informações para cada Estado-membro: a fonte jurídica que prevê a monitorização para o retorno forçado; a organização responsável pela monitorização do retorno forçado e até que ponto está ou não operacional; o número de operações de monitorização em 2015; se há ou não monitores a bordo de voos (2014 e 2015); o número de voos com monitores a bordo; o número de funcionários que trabalharam como monitores; e se houve ou não um relatório público emitido em 2015. A Diretiva do Retorno da UE (2008/115/CE) exige que os Estados-membros estabeleçam um sistema eficaz de monitorização do retorno forçado. A panorâmica está disponível [aqui](#).

REINO UNIDO / Aumenta o número de pessoas detidas. Detenções ilegais custam 4 milhões de libras por ano

De acordo com os [números oficiais](#) mais recentes, o número de pessoas detidas no Reino Unido nos 12 meses até março de 2016 aumentou em 4% para 32.163, em relação a 30.902 no ano anterior. 42 pessoas estiveram detidas durante mais de dois anos. Um [pedido](#) de Liberdade de Informação feito pela BBC revelou que o governo britânico está a pagar mais de 4 milhões de libras (mais de 5.1 milhões de euros) anualmente de compensação a pessoas ilegalmente detidas em centros de detenção de imigrantes. Cerca de 30.000 pessoas passam por centros de detenção do Reino Unido todos os anos, custando cerca de 35.000 libras (44.500 euros) por ano por pessoa.

Fonte: [Migrants Rights Network](#), 20 de abril de 2016; [BBC](#), 20 de abril de 2016, [Migrants Rights Network](#), 13 de junho de 2016.

SUIÇA / RELATÓRIO / Detenção de crianças migrantes amplamente praticada

A organização Terra dos Homens (*Terre des Hommes*), juntamente com o Projeto Global de Detenção (*Global Detention Project*), publicou um relatório sobre a detenção de crianças migrantes na Suíça, a 22 de junho de 2016. A publicação, intitulada "Detenção ilegal de crianças migrantes na Suíça: um relatório de situação", indica que a Suíça apresenta uma clara falta de informação disponível publicamente sobre as suas práticas de detenção de imigrantes e, em particular, detenção de crianças imigrantes. Em toda a Confederação Suíça, estima-se que 142 crianças tenham estado em detenção de imigrantes em 2015. O relatório completo está disponível em inglês, alemão e francês [aqui](#).

Fonte: [Global Detention Project](#), 22 de junho de 2016.

WEBSITE / Monitorização de deportações

A *Returnwatch* é uma nova iniciativa de voluntários e investigadores para monitorizar os riscos que as pessoas enfrentam após a deportação da União Europeia. A operar no âmbito da Rede de Monitorização Pós-Deportação, a iniciativa centra-se nos retornos forçados à Turquia, no contexto da implementação do acordo UE-Turquia. O objetivo é responsabilizar os decisores políticos da Europa e a Turquia pelas práticas de deportação e monitorizar se os retornados têm acesso efetivo à proteção internacional numa base estabelecida caso a caso. A iniciativa procura conectar os deportados com ONG de advogados e de direitos humanos na Turquia. Os migrantes em risco de deportação ou que tenham sido deportados para a Turquia são encorajados a contactar a iniciativa [aqui](#).

Fonte: [Returnwatch](#), abril de 2016

PUBLICAÇÕES E OUTROS RECURSOS

RELATÓRIO SUMÁRIO DE PAÍSES / Inclusão dos migrantes indocumentados nos objetivos da Estratégia Europa 2020

Por ocasião do Dia Internacional do Trabalho, a PICUM lançou dois sumários intitulados: 'Migrantes Indocumentados e a Estratégia Europa 2020: Tornar a Inclusão Social uma Realidade para Todos os Migrantes na Alemanha' e 'Migrantes Indocumentados e a Estratégia Europa 2020: Tornar a Inclusão Social uma Realidade para Todos os Migrantes em Espanha', que discutem a inclusão dos migrantes nos objetivos da Estratégia Europa 2020 na Alemanha e em Espanha, respetivamente. O sumário sobre a Alemanha está disponível em inglês e alemão e o de Espanha em inglês e espanhol. Para visualizar os sumários de cada país, clique [aqui](#).

RELATÓRIO / Amnistia Internacional: Direitos Humanos sob ameaça a nível global

A Amnistia Internacional publicou recentemente o relatório anual de 2015/2016, destacando que os direitos humanos estão sob ameaça a nível global. No que diz respeito aos migrantes, o relatório indica que inúmeros migrantes e refugiados enfrentaram intolerância, xenofobia, abusos e violações. Pelo menos 30 países forçaram ilegalmente migrantes e refugiados a retornar aos países onde estes estariam em perigo. No que respeita aos direitos humanos na Europa, o relatório destaca ainda respostas políticas insuficientes para garantir os direitos humanos, tendo em conta o crescente número de migrantes e refugiados que chegam. Para consultar a perspetiva geral com as principais conclusões clique [aqui](#). Para ler o relatório completo, clique [aqui](#).